

Divulgação



*Hugo Teixeira, presidente do Ipsemg: servidores públicos não são a causa dos problemas estruturais das finanças públicas, mas parceiros na busca por melhorias da qualidade dos serviços prestados à população*

vil e militar) e um déficit de R\$ 13,6 bilhões, de acordo com a proposta orçamentária para 2017. Segundo Hugo Teixeira, presidente do Ipsemg (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais), a visão do governo de Minas é que os servidores públicos não são a causa de problemas estruturais das finanças públicas, mas parceiros na busca por melhorias da qualidade dos serviços prestados à população.

Ele lembra que em 2015 foi regulamentada a previdência complementar pública para servidores civis dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, bem como do Ministério Público e da Defensoria Pública, admitidos a partir de outubro daquele ano. Com isso, ficou instituído o teto máximo de benefícios equivalente ao teto do INSS, possibilitando ao poder Executivo Estadual reduzir a participação das despesas previdenciárias no longo prazo.

Teixeira afirma que qualquer medida a ser proposta será previamente discutida com todos os servidores, e que a complexidade do tema e seus efeitos exige ampla participação na tomada de decisões e máxima transparência. “Entendemos que as condições para eventuais reformas no plano estadual serão decorrência natural do enfrentamento democrático e participativo de toda a sociedade e, em especial, dos servidores públicos”.

Reges Moisés dos Santos, presidente do Rioprevidencia (Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio

Divulgação



*Reges Moises, Rioprevidência: provável desgaste político dos estados e municípios para aprovar as próprias regras*

Para Herickson Rangel, uma alternativa para realizar as mudanças necessárias para reformar a previdência dos estados e municípios passaria por rever as premissas técnicas e atuariais, bem como a elegibilidade das condições de acesso aos benefícios de aposentadoria e pensão por morte. Ele diz que ainda é prematura qualquer manifestação neste sentido, pois ainda não se sabe como a proposta ficará. “Temos que esperar a definição dessas regras gerais para avaliarmos o que poderá ser implementado, mas se continuar dessa forma acredito que o país perde por não ter uma regra única de aposentadoria”, diz o presidente da Aneprem.

O Estado de Minas Gerais, que também passa por problema de crise fiscal, prevê uma despesa total de R\$ 20,7 bilhões com previdência (ci-